

Autismo: perspectivas e desafios na condução de um diagnóstico cada vez mais frequente

Autism: perspectives and challenges in conducting an increasingly frequent diagnosis

Autismo: perspectivas y retos ante un diagnóstico cada vez más frecuente

DOI:10.34119/bjhrv7n2-253

Originals received: 03/01/2024

Acceptance for publication: 03/22/2024

Eduardo Primo da Silva

Graduando em Medicina

Instituição: Centro Universitário de Brasília (CEUB)

Endereço: Brasília – Distrito Federal, Brasil

E-mail: betachuva@gmail.com

Marilucia Rocha de Almeida Picanço

Doutora em Psiquiatria da Infância e Adolescente

Instituição: Hôpital Pitié Salpêtrière, Université Paris VI-UPMC

Endereço: Brasília – Distrito Federal, Brasil

E-mail: al.picanco@gmail.com

Tânia Gonçalves Felipe

Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva

Instituição: Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)

Endereço: Brasília – Distrito Federal, Brasil

E-mail: taniafelipebsb@gmail.com

Ubirajara Jose Picanço de Miranda Junior

Doutor em Ciências da Saúde

Instituição: Centro Universitário de Brasília (CEUB)

Endereço: Brasília – Distrito Federal, Brasil

E-mail: ubirajara.junior@ceub.edu.br

RESUMO

O autismo é atualmente, considerado, transtorno do espectro autista (TEA), e consiste em um grupo de distúrbios neurocomportamentais genéticos heterogêneos associados a prejuízos no desenvolvimento de habilidades de comunicação social e comportamentos estereotipados, rígidos ou repetitivos. Trata-se de transtorno neurobiológico com diagnósticos cada vez mais prevalentes. Este trabalho buscou compreender os conceitos, perspectivas e desafios na condução de um diagnóstico cada vez mais frequente e as formas de tratamento, assim como as dificuldades de integração das pessoas com autismo, familiares e sociedade atual. Trata-se de estudo de revisão integrativa, onde foram utilizados artigos originais, de revisão, documentos científicos e oficiais, como a legislação sobre o tema no período entre 2010 e 2024. Observou-se que o conceito mudou e que a literatura apresenta relatos sobre o cuidado familiar e os esforços no acolhimento de pacientes com TEA que estão cada vez mais evidentes. Considera-

se necessário promover mais estudos e pesquisas sobre a temática para facilitar o processo de inclusão das pessoas portadoras deste tipo de transtorno.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Autismo, diagnóstico.

ABSTRACT

Autism is currently considered autism spectrum disorder (ASD), and consists of a group of heterogeneous genetic neurobehavioral disorders associated with impairments in the development of social communication skills and stereotypical, rigid or repetitive behaviors. It is a neurobiological disorder with increasingly prevalent diagnoses. This is an integrative review study, where original review articles, scientific and official documents were used, such as legislation on the subject in the period between 2010 and 2024. It was observed that the concept has changed and that the literature presents reports on family care and efforts to welcome people with disorders that are increasingly evident. It is considered necessary to promote more studies and research on the subject to facilitate the process of inclusion of people with this type of disorder.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD), Autism, diagnosis.

RESUMEN

Actualmente el autismo se considera un trastorno del espectro autista (TEA), y consiste en un grupo de trastornos neuroconductuales genéticos heterogéneos asociados con alteraciones en el desarrollo de habilidades de comunicación social y conductas estereotipadas, rígidas o repetitivas. Es un trastorno neurobiológico con diagnósticos cada vez más prevalentes. Meta. Este trabajo buscó comprender los conceptos, perspectivas y desafíos en la realización de un diagnóstico y formas de tratamiento cada vez más frecuentes, así como las dificultades en la integración de las personas con autismo, sus familias y la sociedad actual. Se trata de un estudio de revisión integradora, donde se utilizaron artículos de revisión originales, documentos científicos y oficiales, como legislación sobre el tema en el período comprendido entre 2010 y 2024. Nótese que el concepto ha cambiado y que la literatura presenta informes sobre el cuidado familiar y los esfuerzos por acoger a los pacientes con TEA que son cada vez más evidentes. Se considera necesario promover más estudios e investigaciones sobre el tema para facilitar el proceso de inclusión de personas con este tipo de trastorno.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista (TEA), Autismo, diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neuropsiquiátrico complexo que afeta o desenvolvimento neurobiológico, interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento do indivíduo (Brasil, 2022).

Historicamente, a compreensão conceitual do autismo passou por uma evolução significativa, refletindo avanços na pesquisa e na conscientização. O termo "autismo" foi introduzido pela primeira vez por Eugen Bleuler em 1911, mas foi Leo Kanner, em 1943, que

cunhou o conceito moderno ao descrever casos de crianças com "autismo infantil" (BANDIM, 2011).

O diagnóstico de autismo evoluiu ao longo das décadas, com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), publicado seu primeiro volume, DSM-1 em 1952. Naquele período o autismo era citado como uma subcategoria da psicose infantil. Atualmente a referência critério/diagnóstico central, é o DSM-5, em sua quinta edição, que apresenta critérios claros para a identificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este inclui déficits persistentes na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Association, 2023).

Durante o período de graduação do ensino médico, baseado em metodologias ativas, o estudante tem a oportunidade de vivenciar, tanto na atenção primária quanto na especializada, o acompanhamento supervisionado de pacientes, especialmente aqueles em tratamento pelos serviços de referência em saúde mental para crianças e adolescentes diagnosticados com TEA no Distrito Federal, o que se considera como relevante para o seu aperfeiçoamento clínico.

A diversidade no espectro autista é notável, variando desde formas leves até quadros mais severos, abrangendo diferentes habilidades sociais, linguísticas e comportamentais. A compreensão dessa diversidade é fundamental para um diagnóstico preciso e para a implementação de intervenções adequadas (Silvia, 2009).

As taxas de diagnóstico de autismo têm aumentado significativamente nas últimas décadas. Esse aumento pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo avanços na identificação precoce, maior conscientização e mudanças nos critérios diagnósticos. A expansão da definição do espectro autista também desempenhou um papel crucial na ampliação do número de casos diagnosticados (Baio, 2014).

2 OBJETIVO

Este trabalho buscou compreender, a partir do ensino e da prática médica, durante o estágio curricular obrigatório (Internato), os conceitos, perspectivas e desafios na condução de um diagnóstico cada vez mais frequente e as formas de tratamento, assim como as dificuldades de integração das pessoas com transtorno do espectro autista, familiares e sociedade atual.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura em que foi realizada uma busca de publicações sobre o tema em questão, por meio das bases de dados online: Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Acadêmico e Repositórios de Universidades. A estratégia de busca incluiu, como descritores, os seguintes títulos e palavras-chaves: “transtorno do espectro autista (TEA)”, “autismo”, “diagnóstico”.

Os critérios de inclusão utilizados abordaram os estudos no âmbito de diagnósticos, formas de acolhimento, projeto terapêutico, práticas já efetivadas, com descrição de técnicas, resultados, desafios e as percepções sobre a realidade do transtorno, além da legislação sobre o tema.

Foram selecionados e considerados relevantes 23 (vinte e três) trabalhos, sendo excluídos aqueles produzidos antes do ano de 2010. Após a busca e seleção, o material foi submetido à leitura e análise descritiva integral, fato que subsidiou a construção desta pesquisa.

De acordo com as normas vigentes, as análises de publicações caracterizadas por revisão integrativa, não necessitam de submissão e aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, ressaltando que os dados são de domínio público.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estigmatização do autismo persiste como um desafio significativo, muitas vezes resultante da falta de compreensão e conhecimento sobre o espectro autista. Estereótipos negativos e concepções equivocadas podem levar à marginalização e à exclusão social de indivíduos autistas (García-Villamizar et al, 2014).

Atualmente, o modelo médico é ainda o mais adotado para a descrição do TEA em pesquisas brasileiras sobre a educação e a inclusão (Wuo et al., 2019, citado por Araújo, 2023).

Indivíduos autistas podem enfrentar discriminação em várias áreas da vida, incluindo educação, emprego e interações sociais. A discriminação pode se manifestar de diversas formas, desde a recusa de oportunidades até tratamento injusto no ambiente de trabalho (MAGIATI, 2014).

Isso porque, o acesso limitado a serviços de saúde especializados é um desafio enfrentado por indivíduos autistas e suas famílias. Longas listas de espera, falta de profissionais especializados e a ausência de abordagens centradas no paciente contribuem para a complexidade do sistema de saúde (Emerson, 2007).

Como esforço a melhorar esse acesso, em 2023 o Ministério da Saúde incluiu o tratamento do Transtorno do Espectro Autista na Política Nacional da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2023d).

Por outro lado, o sistema educacional muitas vezes não está preparado para atender às necessidades diversas de crianças autistas. A falta de recursos, treinamento insuficiente para educadores e resistência à implementação de práticas inclusivas são obstáculos que dificultam a garantia de uma educação de qualidade para todos (Kassari et al, 2014).

No que se refere ao contexto escolar e, em especial, à formação de professores no Brasil, faz-se necessário avaliar e desenvolver estratégias que contribuam para o avanço no conhecimento docente sobre o TEA, trabalhando com suas crenças e possíveis estigmas em relação a pessoas com esse diagnóstico (Araújo, 2023).

O diagnóstico de autismo tem um impacto emocional significativo nas famílias, abrangendo desde o período inicial de ajuste até desafios contínuos ao longo do tempo. O estigma social, a falta de compreensão e as demandas práticas podem gerar estresse emocional substancial (Baker-Ericzén, 2005).

A necessidade de suporte psicológico e social para as famílias de indivíduos autistas é premente. Grupos de apoio, aconselhamento psicológico e programas de resiliência são cruciais para fortalecer as famílias diante dos desafios únicos que enfrentam (Weiss, 2010).

Diante do diagnóstico de TEA, é comum que a família do paciente sinta insegurança por desconhecer os desafios atribuídos à condição. Atualmente existe um grande obstáculo em decorrência dos frequentes aumentos de diagnósticos, desafio do diagnóstico precoce e resposta ao tratamento (Santos, 2022).

A inclusão de pessoas autistas no ambiente de trabalho requer adaptações que visem criar um ambiente acessível e acolhedor (Scott, 2019). Essas adaptações podem incluir ajustes físicos, como design de espaços de trabalho mais calmos, e adaptações de processos, como a flexibilidade de horários (Hendricks, 2009).

Essa inclusão de pessoas autistas no ambiente de trabalho não apenas atende aos princípios de equidade, mas também oferece benefícios significativos, como a promoção da diversidade de pensamento e a melhoria do ambiente laboral (Hurlbutt, 2002).

Observou-se que a prestação de serviços de emprego apoiados para adultos com TEA não só reduz os custos em comparação com a prestação de cuidados padrão, como também resulta em melhores resultados para adultos com TEA. Apesar do fato de o indivíduo com TEA caracterizar-se como o grupo mais caro para a prestação de serviços de reabilitação profissional,

os adultos com TEA têm grandes probabilidades de conseguir emprego assim que medidas apropriadas forem implementadas (Scott, 2015).

De um modo geral, a promoção de uma educação inclusiva para crianças autistas requer estratégias que atendam às suas necessidades específicas. Isso pode incluir adaptações curriculares, suporte individualizado e a promoção de ambientes de aprendizagem colaborativos (Chandler, 2020) e (National, 2001).

A capacitação adequada de professores é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para alunos autistas. Essa capacitação pode incluir o desenvolvimento de habilidades em comunicação, compreensão do espectro autista e implementação de estratégias pedagógicas adaptadas (Lacey, 2008).

DA SILVA (2014), corrobora com esse entedimento, onde afirma para que o trabalho seja desenvolvido com êxito é necessário que uma gama de outras coisas aconteça para que se interem esse aluno ao meio em que ele vive, o professor também precisa está cercado de outros profissionais para que de fato a inclusão aconteça, a criança deve fazer um acompanhamento com o profissional de sua deficiência para que haja um avanço naquele grau da sua deficiência.

Campanhas de conscientização desempenham um papel vital na disseminação de informações precisas sobre o autismo, desafiando estigmas e promovendo a compreensão. (WHO, 2011).

Além da conscientização, a promoção ativa da aceitação e compreensão na sociedade é fundamental para criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para pessoas autistas (Aquino, 2023).

Diversas abordagens terapêuticas são utilizadas no tratamento do autismo, abrangendo desde terapias comportamentais até intervenções baseadas na comunicação (Rogers, 2008).

Terapias comportamentais, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), têm demonstrado eficácia no desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas em indivíduos autistas (Dawson, 2010).

Abordagens terapêuticas que se concentram no desenvolvimento da comunicação, como a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), podem ser fundamentais para melhorar a comunicação verbal e não verbal em indivíduos autistas (Beukelman, 2013).

Essa melhoria foi mantida com um parceiro de comunicação desconhecido e durante as sessões de acompanhamento. Com instrução sistemática, crianças com TEA e deficiência grave de comunicação podem aprender a usar um iPad para completar sequências de comunicação em várias etapas que envolvem funções de solicitação e comunicação social (Waddington, 2021).

No âmbito da saúde, o uso de medicamentos no tratamento do autismo é um tema em constante pesquisa. Alguns medicamentos, como antipsicóticos e inibidores seletivos da recaptação de serotonina, são prescritos para gerenciar sintomas específicos, embora sua eficácia varie de pessoa para pessoa. A prescrição de medicamentos psicotrópicos está altamente relacionada com transtorno psiquiátrico comórbido (Coury, 2012).

Nesse sentido, o trabalho elaborado por POSEY, 2007, afirma que o antipsicótico típico haloperidol é o medicamento mais estudado no transtorno autista, mas está associado a uma alta taxa de discinesias. As investigações até o momento sugerem que os antipsicóticos atípicos, como a risperidona, têm eficácia para certos sintomas do transtorno autista e podem ser melhor tolerados do que os antipsicóticos típicos. Os resultados preliminares dos ensaios com inibidores da recaptação da serotonina são favoráveis, embora a eficácia não tenha sido demonstrada em faixas etárias mais jovens.

A pesquisa contínua sobre tratamentos para o autismo busca identificar intervenções mais eficazes, compreender a base neurobiológica da condição e desenvolver abordagens personalizadas (Nimh, 2021).

A vida de muitas crianças e adultos com TEA melhorou hoje em comparação com 50 anos atrás. Mais adultos com TEA podem falar, ler, conduzir, formar-se na escola e viver na comunidade – tendo em conta mesmo as diferenças em que as pessoas preencheriam os critérios de diagnóstico agora e no passado, e os seus respectivos níveis de inteligência (LORD, 2018).

Quando se volta especificamente para a questão do TEA no Brasil é possível observar iniciativas privadas e públicas, destacando a formação de um arcabouço jurídico em direção à proteção da criança por intermédio de uma política pública voltada para o tema. Como base nesses pressupostos podem ser destacados as seguintes ações:

- 1) Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012): Essa lei instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ela reconhece o autismo como deficiência e estabelece diretrizes para políticas públicas relacionadas a serviços de saúde, educação e inclusão social (Brasil, 2012a).
- 2) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite: Esse plano, lançado em 2011, visa promover a inclusão e garantir direitos às pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA. (Brasil, 2024d).
- 3) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): Alguns CAPS são voltados especificamente para atender pessoas com transtornos mentais, incluindo TEA. Esses são parte integrante da rede pública de saúde mental abertos à comunidade, especialmente em situações difíceis ou no processo de reabilitação psicossocial, para o

atendimento às crianças e adolescentes são disponibilizados os Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil - CAPSi (Brasil, 2024).

4) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola é uma estratégia que busca a inclusão social e escolar de pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, por meio do acesso a benefícios assistenciais (Brasil, 2024c).

5) Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: Essa rede envolve serviços de saúde e assistência social para garantir atenção integral à pessoa com deficiência, incluindo o fornecimento de medicamentos e tratamentos específicos (Brasil, 2024b).

6) Sistema Único de Assistência Social (SUAS): O SUAS oferece ações e serviços no campo da assistência social, incluindo orientação, apoio e acompanhamento a pessoas com deficiência, visando sua inclusão social (Brasil, 2009e).

7) No censo de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coloca, pela primeira vez, o autismo no radar das estatísticas sócio-demográficas como forma de mapear quantas pessoas vivem com o transtorno e quantas podem ter, mas ainda não tiveram diagnóstico (Brasil, 2023b).

5 CONCLUSÃO

Por todo o exposto, destaca-se que ao longo do século passado e atual, houve a mudança de conceito em relação ao autismo, agora compreendido como um transtorno do espectro autista associado com distúrbios neurocomportamentais genéticos heterogêneos. Fica patente assim o reconhecimento da crescente prevalência do TEA e sua natureza neurobiológica.

Os trabalhos analisados trazem ampla discussão sobre as diversas formas de tratamento e condução do transtorno, bem como as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com autismo, seus familiares e a sociedade em geral para lidar com este quadro.

Nesse sentido, o Brasil também caminhou, com ênfase na importância do cuidado familiar e dos esforços de acolhimento voltados aos portadores de TEA, destacando a implantação de políticas públicas orientadoras de práticas que promovam a inclusão e a qualidade de vida dessas pessoas.

Assim, verifica-se que se está no caminho certo, mas ainda resta muito a fazer, sendo necessário realizar mais estudos sobre o tema para com isso poder estar informado e saber melhor compartilhar novos conhecimentos com os serviços de saúde, sociedade civil e o estado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. Centro Universitário UNA Pouso Alegre. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/c9ffafb5-5280-4aac-84cb-1d949e5dd9d/download>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ARAÚJO, A. G. R.; SILVA, M. A. DA .; ZANON, R. B.. Autismo, Nuerodiversidade e Estigma: Perspectivas Políticas e de Inclusão. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, p. e247367, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/S5FdcTLWS9bPdJwPXcdmnHz/>>. Acesso em 10 mar. 2024.

ASSOCIATION, American P. Referência Rápida aos Critérios Diagnósticos do DSM-5-TR. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2023. E-book. ISBN 9786558821120. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558821120/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BAIO, J., Wiggins, L., Christensen, D. L., Maenner, M. J., Daniels, J., Warren, Z., ... & Dowling, N. F. (2018). Prevalence of autism spectrum disorder among children aged 8 years—Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2014. *Morbidity and Mortality Weekly Report. Surveillance Summaries*, 67(6), 1-23.

BAKER-ERICZÉN, M. J., Brookman-Fraze, L., & Stahmer, A. (2005). Stress levels and adaptability in parents of toddlers with and without autism spectrum disorders. *Research and Practice for Persons with Severe Disabilities*, 30(4), 194-204.

BANDIM, José Marcelino, 1961-Autismo: uma abordagem prática- Recife: Bagaço, 2011(1ª Edição). ISBN: 978-85-373-0735-9

BRASIL. Palácio do Planalto. Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

____ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Uma pergunta que abre portas: questão sobre autismo no Censo 2022 possibilita avanços para a comunidade TEA. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/36346-uma-pergunta-que-abre-portas-questao-sobre-autismo-no-censo-2022-possibilita-avancos-para-a-comunidade-tea>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

____ Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Pessoas com Transtorno do Espectro Autista podem requerer BPC. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/portadores-do-transtorno-do-espectro-autista-podem-requerer-bpc>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

____ Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoaacomDeficienciaNovoViverSemLimite.pdf> Acesso em: 10 mar. 2024.

____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. –

Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Ministério da Saúde. TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Pela primeira vez, Ministério da Saúde inclui tratamento do Transtorno do Espectro Autista na Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/pela-primeira-vez-ministerio-da-saude-inclui-tratamento-do-transtorno-do-espectro-autista-na-politica-nacional-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Centros de Atenção Psicossocial. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BUEKELMAN, D. R., & Miranda, P. (2013). *Augmentative and Alternative Communication: Supporting Children and Adults with Complex Communication Needs*. Paul H. Brookes Publishing.

CHANDLER, C., Dahl, L., & Lai, M. C. (2020). Autism and education: A review of research trends from 1991 to 2018. *Autism*, 24(4), 864-876. Acesso em: 10 mar. 2024.

COURY, D. L., Anagnostou, E., Manning-Courtney, P., Reynolds, A., Cole, L., McCoy, R., ... & Perrin, J. M. (2012). Use of psychotropic medication in children and adolescents with autism spectrum disorders. *Pediatrics*, 130(Supplement 2), S69-S76.

DA SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. Disponível em: <https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DA SILVA, C. A. Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Ufpe.br. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/SILVA%3B+SILVA%3B+ASFORA++2015.2.pdf/491d6719-5141-442b-8856-59aaabdae37c#:~:text=O%20Autismo%20foi%20descrito%20pelo,as%20com%20E%80%9Cautismo%20infantil%20E%80%9D>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DAWSON, G., Rogers, S., Munson, J., Smith, M., Winter, J., Greenon, J., ... & Varley, J. (2010). Randomized, controlled trial of an intervention for toddlers with autism: the Early Start Denver Model. *Pediatrics*, 125(1), e17-e23.

DOS SANTOS, R S. Projeto de Intervenção: Apoio à família de crianças com autismo. Cidade Universitária UNA – AIMORÉS. Disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/5a0130e9-eb5a-49c0-aaf9-8c99a5c6dfc7/download>. Acesso em: 10 mar. 2024.

EMERSON, E., & Hatton, C. (2007). The socio-economic circumstances of families supporting a child with autism in the UK. *Child: Care, Health and Development*, 33(4), 440-445. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK448263/> > Acesso em: 10 mar. 2024.

GARCIA-VILLAMISAR, D., Rojahn, J., Zaja, R. H., & Jodra, M. (2010). Social stigma towards individuals with intellectual disabilities: A social-ecological analysis. *Research in Developmental Disabilities*, 31(2), 431-437.

HENDRICS, D. R., & Wehman, P. (2009). Transition from school to adulthood for youth with autism spectrum disorders: Review and recommendations. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, 24(2), 77-88.

HURLBUTT, K., & Chalmers, L. (2002). Employment and adults with autism spectrum disorders: Challenges and strategies for success. *Journal of Vocational Rehabilitation*, 18(3), 163-175.

KASARI, C., Lawton, K., Shih, W., Barker, T. V., Landa, R., Lord, C., ... & Senturk, D. (2014). Caregiver-mediated intervention for low-resourced preschoolers with autism: An RCT. *Pediatrics*, 134(1), e72-e79.

LACEY, P., & Ouvrier, R. (2008). Educational provision for children with autistic spectrum disorder: A review of literature for an educational perspective. *Australasian Journal of Special Education*, 32(1), 21-37.

LORD, C., Elsabbagh, M., Baird, G., & Veenstra-Vanderweele, J. (2018). Autism spectrum disorder. *The Lancet*, 392(10146), 508-520.

MIGIATI, I., Tay, X. W., & Howlin, P. (2014). Cognitive, language, social and behavioural outcomes in adults with autism spectrum disorders: A systematic review of longitudinal follow-up studies in adulthood. *Clinical Psychology Review*, 34(1), 73-86

NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH. (2021). Autism Spectrum Disorder Research. Disponível em < <https://www.nimh.nih.gov/health/topics/autism-spectrum-disorders-asd> > Acesso em: 08 mar. 2024.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. (2001). Educating Children with Autism. National Academies Press. Disponível em: < <https://nap.nationalacademies.org/catalog/10017/educating-children-with-autism> > Acesso em: 08 mar. 2024

POSEY, D. J., & McDougle, C. J. (2007). The pharmacotherapy of target symptoms associated with autistic disorder and other pervasive developmental disorders. *Harvard Review of Psychiatry*, 15(5), 283-294.

ROGERS, S. J., & Vismara, L. A. (2008). Evidence-based comprehensive treatments for early autism. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 37(1), 8-38.

SCOTT, M., Jacob, A., Falkmer, M., Girdler, S., & Falkmer, T. (2015). The relationship between the work environment and the retained employability of returning workers with autism spectrum disorders. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 45(10), 3370-3380.

SCOTT, M., Milbourn, B., Falkmer, M., Black, M., Bölte, S., Halladay, A., ... & Girdler, S. (2019). Factors impacting employment for people with autism spectrum disorder: A scoping review. *Autism*, 23(4), 869-901.

SILVA, M.; MULICK, J. A.. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 1, p. 116–131, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/#ModalHowcite>. Acesso em: 10 mar. 2024.

WADDINGTON, H., & Reed, P. (2021). ‘As Soon as They Start School, It’s Neglected’: An Exploration of the Speech, Language and Communication Needs of Children with Autism Spectrum Disorder in an Education Context. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 51(4), 1421-1433.

WEISS, J. A., & Lunsky, Y. (2010). The Brief Family Distress Scale: A measure of crisis in caregivers of individuals with autism spectrum disorders. *Journal of Child and Family Studies*, 19(4), 385-394.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2011). World Autism Awareness Day 2011. Disponível em <<https://who.int.news>>. Acesso em: 10 mar. 2024.